Página 13

■ Nº 80 ■ AGOSTO/2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Congresso da CUT: um passo à esquerda

Foto: Leonardo Severo - www.cut.org.br

Militantes cutistas no Dia Nacional de Mobilização, em Brasília, agosto de 2008

Entre os dias 3 a 7 de agosto 2009, em São Paulo, será realizado o 10º Congresso da Central Única dos Trabalhadores num ambiente de intensas contradições, o capitalismo vivendo mais uma grave crise econômica, a América Latina hegemonizada por governos de esquerda e progressista, a direita reagindo com o golpe em Honduras, os movimentos sociais e sindicais mobilizados para não pagarem pela crise... É nesse contexto que o setorial sindical da AE apresentará suas contribuições ao 10º CONCUT, disputando os rumos da CUT para uma atuação mais combativa e classista.

págs. 6 e 7

NESTA EDIÇÃO

Iriny presidente do PT

EDITORIAL

Esta edição de *Página 13* traz a opinião da Articulação de Esquerda sobre o Congresso da Central Única dos Trabalhadores (pp 6 e 7) e sobre o Congresso da União Nacional de Estudantes (p.8).

Contém uma entrevista com o presidente da CUT Sergipe (pp 4 e 5), na qual Dudu faz uma análise crítica do governo petista naquele estado. Falamos da escolha do candidato petista a governador do estado do Rio Grande do Sul (p.9).

Outro tema importante desta edição é o início do PED 2009, com a inscrição das chapas e candidaturas à presidência nacional do PT. *Página 13* apresenta em primeira mão a tese de nossa candidata, a deputada federal Iriny Lopes (pp 10 e 11).

E ainda: o dia dos trabalhadores rurais; o oligarca Sarney; e, fechando a edição, um artigo sobre os 30 anos da Anistia.

CAMPO

Comemorar os avanços e fortalecer a luta

Marcelino Galo*

Neste dia 25 de julho comemora-se o Dia do Trabalhador Rural, data que, junto com o dia 17 de abril, Dia de Luta pela Reforma Agrária, constituem-se em marcos importantes da luta pela terra no País.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado por um grupo de trabalho composto por técnicos do governo, intelectuais e representantes dos movimentos sociais e aprovado no final de 2004, apontava na direção de tratar a questão agrária como uma temática transversal, presente em diversas áreas do estado brasileiro. Ali foram traçadas diretrizes relativas à desconcentraçã o e à regularização fundiária, bem como definidas linhas gerais para uma melhor organização da produção familiar, tornando-a uma alternativa econômica de geração de riquezas para o País.

Na Bahia, acompanhando a linha adotada pelo governo federal desde 2003 e ratificada pelo II PNRA, a Superintendência Regional do INCRA avançou no processo de criação de Projetos de Assentamentos e foi responsável pelo maior número de desapropriações em todo o Brasil no ano de 2004. E os avanços não pararam por aí. Foram criadas políticas específicas e prioritárias para os povos de fundo de pasto, quilombolas e indígenas, além da ampliação do PRONERA, com a inclusão de novas turmas e cursos que permite que os trabalhadores rurais tenham acesso à qualificação profissional e ao ensino superior.

Isso tudo foi fruto da definição de uma política mais avançada, somada ao comprometimento da equipe do órgão e da luta histórica dos movimentos sociais que estabeleceram uma forte parceria na busca por uma situação mais igualitária no meio rural, combinando desenvolvimento econômico com justiça social.

Estes avanços nos mostrou como é possível atuar e construir ações efetivas. Mas nos mostrou também que o caminho a ser trilhado ainda é longo e possui muitos desafios.

Hoje, existe no País uma produção rural voltada à exportação e baseada em altas tecnologias produtivas, formando uma cadeia complexa que vai do plantio à comercialização nos grandes centros urbanos. Isso, no entanto, não está acessível aos pequenos produtores, que possuem dificuldade de escoar sua produção e mesmo de manter seu lote, em função da competição desigual com os produtores do chamado agronegócio. Há, portanto, uma dificuldade concreta em romper com as amarras que ainda sustentam o latifúndio e, ainda, com o poder de grandes produtores rurais, que estão associados a empresas multinacionais que controlam boa parte da produção nacional em escala.

Diante disso, é preciso construir uma reforma agrária que contemple a realidade existente no meio rural brasileiro, conjugando tecnologia e conhecimentos tradicionais e respeitando a população que vive na terra e dela retira sua sobrevivência. São necessárias iniciativas firmes no combate à violência no campo que continua matando muitos trabalhadores e trabalhadoras a cada ano. Em alguns estados brasileiros, por exemplo, foram criados grupos especiais da Política Militar voltados exclusivamente ao atendimento das demandas dos movimentos de luta pela terra. O objetivo foi estabelecer uma ação capacitada e consciente da importância da atuação pacífica na mediação de conflitos e que resultou na diminuição dos índices de violência no campo.

Finalmente, é fato que existem muitas políticas públicas voltadas para o setor. É preciso, portanto, fortalecê-las e universalizá- las e mais: é preciso criar novos mecanismos, que tratem a política agrária como uma questão de justiça social, mas também de desenvolvimento, através da geração de trabalho e renda para um grande contingente de pessoas.

Somente com a presença forte do estado nessas áreas e a possibilidade de participação de todos na definição das políticas é que atingiremos, verdadeiramente, a justiça social tão esperada para o meio rural.

Vida longa aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais pelo seu dia e pela sua luta.★

Marcelino Galo é Superintendente Federal do Ministério de Aquicultura e Pesca na Bahia

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP)

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Novas oligarquias, velhos problemas

Bruno Rogens*

Diretores do Senado com status de Senador. Benesses e nomeações efetivadas através de atos administrativos secretos. Mordomos pagos com dinheiro do Senado. Contratação de irmão, tia, vó, neto, namorado. Este é o Senado da República.

Seu presidente, José Sarney, será um réu confesso no conselho de ética da casa, caso os processos não sejam sumariamente arquivados pelo senador-soldado destacado para defendê-lo naquele conselho. Sarney confessou em rede nacional que *não foi eleito presidente do senado para cuidar da lixeira da casa, mas para se utilizar (beneficiar) da mesma (do Senado)*. Passou na TV Senado, passou no jornal das 20:15, e está no *youtube* para quem quiser ver.

Subjetividades da língua a parte, o que vêm à tona agora são provas materiais do comprometimento de José Sarney com a montanha de irregularidades administrativas que assolam o Senado da República. Escutas telefônicas legais que comprovam a utilização da influência política e do uso de prerrogativas do cargo para beneficiar filhos, noras, namorados, ajuntados, está tudo lá, ás claras, às vistas, disponível na internet para quem quiser ver e ouvir.

Independente do curso que a disputa política tome, cabe perguntar que dinâmica histórica permitiu à José Sarney acumular tamanho poderes dentro do aparato estatal brasileiro?

O que fazer então com José Sarney, presidente do Senado pela terceira vez e ex-Presidente da República? Ao que parece, Sarney vai chantagear os ocupantes do Palácio do Planalto, aproveitando-se de dois fatos: seu vice é do PSDB e tem impressionante folha corrida.

Independente do curso que a disputa política tome, cabe perguntar que dinâmica histórica permitiu à José Sarney acumular tamanho poderes dentro do aparato estatal brasileiro?

No ensaio *A concretização da Revolução Burguesa*, o grande Florestan Fernandes, chamou a atenção para as relações de extrema proximidade entre a antiga aristocracia rural oligárquica e os interesses burgueses no Brasil, na passagem do século XIX para o século XX.

Aquilo que Florestan chamou de "consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil" se caracteriza por uma série de acomodações de interesses imediatos entre setores da velha e da nova oligarquia, num processo em que a dinâmica de modernização econômica ocorre sem mudanças significativas em relação à forma de exercício e uso do poder de Estado pelas elites brasileiras.

Este padrão de "modernização conservadora" se manteve durante todo o século XX. É dele que José Sarney e as velhas oligarquias extraem seu poder, numa república que é o que é, ao mesmo tempo que sempre parece que está por se fazer.

Mesmo agora, no segundo mandato do governo do Presidente Lula, passamos pela tenebrosa situação de ter como "aliados estratégicos" setores oligarquizados do PMDB, que são apresentados como indispensáveis no enfrentamento da direita neoliberal demo-tucana, que não é menos oligárquica e corrupta.

Num certo sentido, estamos pior do que em 2002, quando escolheu-se como aliado estratégico para a disputa eleitoral um representante do empresariado liberal, num pacto entre capital e trabalho simbolicamente representados pela chapa Lula-José Alencar.

Neste contexto, Jośe Sarney ocupa papel especial, como síntese de quatro décadas de misérias do povo maranhense. As estruturas políticas que permitem a ascensão e perpetuação de um personagem grotesco como Sarney no cenário político nacional são frutos de um longo processo histórico da formação social brasileira. Deste ponto de vista, independente das considerações táticas, o PT não pode se tornar cúmplice de um acordo escuso entre os donos do poder em nome de um projeto de poder que não dá sinais de que pretenda mudar as estruturas profundas da sociedade brasileira e que mantenha o padrão burguês de dominação conservadora no país.

Assim, é preciso utilizar a crise para defender a extinção do Senado. E que se ache uma maneira de tirar José Sarney do cargo de presidente do Senado, antes que outros o façam. E que sua saída vergonhosa da vida pública brasileira seja entendida como o começo de um processo de efetivas mudanças nas estruturas profundas da cultura política nacional. ★

***Bruno Rogens** é militante da JPT de São Luís (MA)

Foto: Arquivo

Dudu, presidente da CUT Sergipe: "O Governo Déda não conseguiu ainda imprimir a marca da mudança"

Para o presidente da CUT/SE, o governo estadual tem feito alianças com setores conservadores das elites do Estado, que são inimigos históricos dos trabalhadores. "Acredito que as mudanças não virão de dentro do governo para fora. Será o contrário. A CUT está e continuará cumprindo um importante papel ao manter a autonomia e cobrando do governo, até porque empenhamos o apoio para ele chegar ao governo, mas não vendemos a nossa alma".

Não adianta muito chamá-lo pelo nome de batismo. Poucos o conhecem como Rubens Marques de Sousa. Mas basta falar em professor Dudu que qualquer militante é levado a reconhecer um companheiro de profundo compromisso com os trabalhadores e que tem uma história de luta firme em favor da classe. Professor Dudu é hoje presidente da Central Única dos Trabalhadores em Sergipe (CUT/SE), onde acaba de tomar posse. Nesta entrevista ao Página 13 ele, que também é da direção da AE em Sergipe, é categórico: "a militância política, filiação partidária do militante e a direção do movimento sindical não podem ser confundidas, caso contrário, estará se atrelando a entidade com determinado governo ou partido e isso é traição aos compromissos e princípios indispensáveis para o movimento sindical".

Professor Dudu tem 48 anos, nasceu em Estância/SE e é licenciado em Estudos Sociais, Letras Português e é pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior e História. Fundou o Partido dos Trabalhadores em Estância. Foi candidato a deputado federal e a prefeito de Estância. No Sindicato dos Professores de Sergipe (Sintese), ele foi coordenador. Na CUT/SE já foi secretário de formação e vice-presidente. Antes de ingressar no magistério, professor Dudu foi operário na indústria têxtil em Sergipe.

P13 - Quais os principais desafios da CUT/SE para os próximos três anos?

Professor Dudu - Continuar crescendo numa conjuntura adversa de crise econômica, mas sem abrir mão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, como também continuar a disputa pelos sindicatos que se desfilaram da CUT.

P13 – Qual sua avaliação das lutas da CUT/SE na última gestão? A CUT/SE cresceu em qualidade e quantidade?

PD - O balanço é muito positivo sob todos os ângulos. Ajudamos a organizar 25 novos sindicatos de servidores públicos municipais e a federação da categoria, a FETAM, (filiada a CUT). Reaproximamos de outros sindicatos que estavam distantes da central. As comemorações do 1º de maio nos últimos três anos foram as maiores em mobilização dos trabalhadores desde a sua fundação. A CUT/SE participou ativamente de diversas greves dos diferentes ramos de atividade, como também das negociações e acima de tudo, manteve a autonomia inclusive diante do governo petista durante as greves de servidores estaduais. Cumpriu rigorosamente um calendário de lutas com ênfase nas datas históricas da classe trabalhadora. Promoveu o maior número de cursos de formação com os sindicatos filiados de toda a sua história, além disso, a CUT/SE fortaleceu a aliança campo/cidade através de filiação de sindicatos rurais e de lutas unificadas com o MST.

Foto: Arquivo

P13 - Como o senhor avalia o mundo dos trabalhadores em Sergipe neste momento?

PD - Sergipe não é uma ilha, e por isso sofre conseqüências da crise. Mas os números da economia, segundo o DIEESE, mostram que Sergipe está atravessando a crise sem maiores problemas, até porque o Estado tem peso importantíssimo na geração de empregos de forma direta ou indireta como fomentador.

P13 – Qual a relação da CUT/SE com o Governo do Sergipe?

PD - De total independência, e é importante esclarecer que a CUT é uma Central Sindical plural. Conforme seu estatuto, a atuação deve ser independente do Estado, dos governos, do patronato, de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos, aos credos e às instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional. Nosso compromisso deve ser com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, com o Socialismo. A militância política, filiação partidária do militante e a direção do movimento sindical não podem ser confundidas, caso contrário, estará se atrelando a entidade com determinado governo ou partido e isso é traição aos compromissos e princípios indispensáveis para o movimento sindical.

P13 – O governador Marcelo Déda é do PT, muitos dos seus secretários são do PT. Toda direção da CUT/SE é composta por filiados ao PT. A CUT/SE é aliada do Governo do Estado?

PD - A CUT declarou apoio formal à candidatura de Marcelo Déda (PT). A eleição dele para governador foi decorrente de todo um processo de luta, de toda uma geração que enfrentou a ditadura e sonhava com o rompimento de um ciclo de poder onde um mesmo grupo político garantia a perpetuação de práticas administrativas que destroem o Estado brasileiro e sergipano. No entanto, com a concretização desse sonho constata-se que o governo produz movimentos contraditórios e conflitantes entre as forças políticas e sociais. Têm assumido orientação de centro-esquerda e busca a governabilidade baseado na constituição de uma maioria parlamentar e de alianças com setores conservadores das elites do Estado - inimigos históricos da classe trabalhadora. Isso frustra os trabalhadores,

pois não conseguiram imprimir a marca da mudança pregada durante o período eleitoral, a ponto de adotar práticas outrora combatidas, como o de impor todo um processo de criminalização do movimento reivindicatório, pedido decretação de ilegalidade de greve e severas multas para os sindicatos. Nós da CUT/SE prezamos muito a autonomia e independência. Temos clareza de que os governos passam e os trabalhadores precisam continuar organizados e em luta permanente.

P13 - O governador Marcelo Déda (PT) já tem mais de dois anos e meio no governo. Ele não tem contribuído para a superação dos problemas que os trabalhadores enfrentam?

PD - Do ponto de vista do incentivo para geração de emprego no setor privado ficou devendo, mas, pode-se descontar o fato da desaceleração da economia por conta da crise. Mesmo assim o Governo Déda não conseguiu ainda imprimir a marca da mudança pregada durante o período eleitoral. Nem mesmo no que se refere à apuração de denúncias de irregularidades praticadas no governo passado, a exemplo, do desvio de mais de 120 toneladas de carne da merenda escolar, a transposição (desvio) de recursos da Deso e do Banese, as operações de empréstimos realizadas pela Deso. Nem mesmo a realização de auditoria anunciada pela Deso para apurar possíveis irregularidades, inicialmente suspensa por determinação do Tribunal de Contas do Estado, não teve até o momento a divulgação de qualquer resultado. O governo acaba por adotar práticas combatidas por ele mesmo no passado, como é o caso do complemento de remuneração do secretariado via acumulação de jetons por participação nos conselhos das empresas e autarquias do Estado. Julgamos necessário romper a lógica governamental de tocar obras, implantar novos serviços ou de melhorar os já existentes. É indispensável romper a ordem estabelecida, invertendo prioridades, conectados das verdadeiras necessidades do povo. Os avanços são ainda pequenos, a exemplo da instalação da Mesa de Negociação Permanente dos servidores, que anda capengando. Por outro lado não dá para esquecer da ação pitoresca e circense de colocar banda de música para despejo de sem-teto; a truculência da ação da Polícia Militar para impedir uma manifestação legítima de estudantes do Colégio Dom Luciano, como também no despejo de sem-tetos da área do antigo kartódromo. Dentro deste contexto contraditório, o movimento sindical tem pela frente vários embates com o governo, como por exemplo, o da criação novas figuras jurídicas sob o pretexto de modernizar o Estado, como é o caso da criação de Fundações Públicas de Direito Privado e das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Foi a CUT/SE, juntamente com várias entidades que atuam na área da saúde que solicitaram que a OAB analisasse e movesse as ações judiciais cabíveis para impedir a criação dessas fundações públicas de direito privado para gerenciar a saúde. Além de não combater os problemas estruturais, institucionaliza e alimenta a mercantilização da saúde e das relações de trabalho. Interrompe o processo de consolidação do SUS, pois entra em confronto com seus princípios fundamentais, além de abandonar a perspectiva da construção de uma carreira única para os profissionais dessas áreas.

P13 – Qual a diferença, então, entre as gestões dos governadores Marcelo Déda(PT) e João Alves Filho(DEM), do ponto de vista da classe trabalhadora?

PD - Não dá para comparar, apesar de tudo que disse da atual relação entre o Governo do Estado e o movimento sindical. Porém as mudanças prometidas pelo governador ainda estão muito lentas e em alguns aspectos comprometidas. Acredito que as mudanças não virão de dentro do governo para fora. Será o contrário. Neste sentido a CUT está e continuará cumprindo um importante papel ao manter a autonomia e cobrando do governo, até porque empenhamos o apoio para ele chegar ao governo, mas não vendemos a nossa alma.

Foto: Arquivo Infonet

P13 - Em 2006, o então candidato Marcelo Déda esteve na CUT/SE e assinou documento se comprometendo em apoiar as lutas da central. A CUT/SE o apoiou. No próximo ano Déda deve ser candidato à reeleição. Qual será o papel da CUT/SE na eleição de 2010?

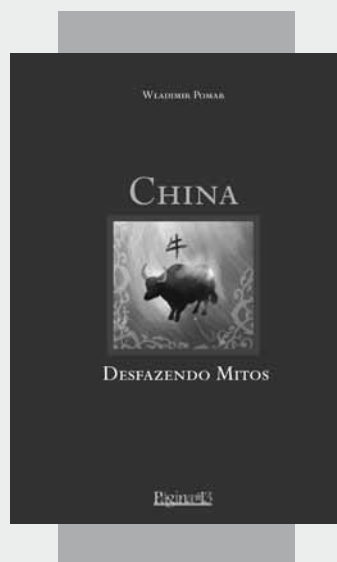
PD - Da mesma forma que fizemos um amplo debate para tirar uma posição da central na eleição para governador em 2006, onde definimos o apoio ao candidato do PT, em 2010 não será diferente. Não existe apoio antecipado nem garantido para ninguém, até porque a relação de Déda com o movimento sindical até aqui tem sido péssima. Vamos respeitar a pluralidade da central. Será preciso uma avaliação profunda dos cenários, autocrítica e assumir compromissos.

P13 - Há condições de inverter a curva de ataque aos trabalhadores que são perpetradas por governos e mercado?

PD - Sim, o antídoto é a mobilização, nada de conciliação com quem quer nos derrotar. Precisamos voltar com as grandes mobilizações de massa, as greves gerais.

Wladimir Pomar lança novo livro sobre a China

O jornalista e escritor Wladimir Pomar lança seu novo livro China desfazendo mitos, pela Editora Página 13 e Publisher Brasil.

A obra é uma coletânea de diversos artigos veiculados em jornais e revistas nos últimos anos, grande parte deles no Correio da Cidadania, que ganha uma edição organizada em grandes temas que tratam desde as razões do acelerado crescimento às distorções difundidas pela mídia internacional, apresentando um pouco da sua história, as características do socialismo chinês, o papel desse país no mundo globalizado e as relações Brasil-China, entre outros assuntos.

O AUTOR

Wladimir Pomar, militante político desde 1949, ajudou a fundar o PcdoB (1962), foi preso político, nos anos 1970 viveu na clandestinidade, integrou a executiva nacional do PT (1984-1990), foi coordenador-geral da campanha Lula presidente (1989). Colabora regularmente com o jornal Correio da Cidadania e a revista Teoria e Debate. É autor de diversos estudos e livros sobre a China entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp).

COMO ADQUIRIR: O preço da obra em livrarias é de R$ 39,00, na Editora Página13 é de R$ 30,00 já com o custo de envio. Para adquirir o livro com desconto, os interessados devem fazer o pagamento através de depósito bancário no Banco do Brasil, agencia 3321-9, conta corrente 34297-1 em nome de Rubens Alves da Silva e confirmar o depósito e pedido (com dados para o envio), através do e-mail: chaves.sirlei@gmail.com

Nossa atuação no 10º CONCUT

*Expedito Solaney**

Foto: Parizotti - www.cut.org.br

Entre os dias 3 a 7 de agosto 2009, em São Paulo, será realizado o 10º Congresso da Central Única dos Trabalhadores num ambiente de intensas contradições, o capitalismo vivendo mais uma grave crise econômica, a América Latina hegemonizada por governos de esquerda e progressista, a direita reagindo com o golpe em Honduras, os movimentos sociais e sindicais mobilizados para não pagarem pela crise, iniciando um novo período de ascensão da luta de classes.

É nesse contexto que o setorial sindical da AE apresentará suas contribuições ao 10º CONCUT, assumindo suas tarefas e disputando os rumos da CUT para uma atuação mais combativa e classista.

Nossa construção sindical

A Articulação de Esquerda (AE) surgiu em 1993, com o Manifesto "A Hora da Verdade", rompendo com a Articulação. Somente em março de 1997 decidimos construir uma atuação própria no movimento sindical, organizando nossa militância no setorial sindical da AE.

A linha sindical que adotamos deve apontar diretrizes para nossa atuação nos sindicatos e organizações por local de trabalho; diretrizes para a atuação nas CUTs estaduais e nacional; diretrizes para nossa política frente às organizações sindicais de caráter nacional, cutistas ou não; diretrizes para nossa relação com as demais tendências sindicais, petistas ou não.

Da mesma forma como disputamos os rumos do PT e do governo Lula, nossa posição é de disputar os rumos da CUT, tendo como perspectiva conquistar uma hegemonia em seu interior para posições socialistas, que defendem uma CUT classista, democrática, de luta, de massas, pela base e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo.

Nacionalmente, articulamos nossa participação em quatro congressos nacionais da CUT. No 6° Concut, tivemos um papel importante na construção da chapa da esquerda cutista (esquerda do PT e PSTU), elegendo um integrante para a executiva nacional da CUT. No 7° Concut, nossa bancada foi menor e conseguimos garantir um representante no Conselho Fiscal. No 8° Concut, realizado em 2003, elegemos novamente um integrante da Executiva Nacional da CUT. No 9º Concut, realizado em 2006, compusemos uma chapa com a CSC/OT/TM e voltamos a ter um militante na Executiva Nacional da CUT, elegendo o companheiro Expedito Solaney, bancário da AE de Pernambuco, que assumiu a Secretaria Nacional de Políticas Sociais, em janeiro de 2008.

O salto político e organizativo

Nesses últimos anos, frente à Secretaria Nacional de Políticas Sociais atuamos de maneira incisiva no fortalecimento de nossa central, seja nas áreas específicas através dos coletivos de trabalhadores com deficiência, de juventude, das comissões nacionais de combate ao racismo, de meio ambiente, como também nas ações gerais de articulação com os movimentos sociais, através da CMS, das Marchas da Classe Trabalhadora, das inúmeras manifestações de pressão ao patronato e ao governo, além de reforçarmos a organicidade da corrente.

Destacamos, também, o trabalho realizado na CONAETI (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil) e no FNPETI (Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil). Neste momento estamos construindo um novo Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, junto com a OIT e demais membros da Comissão. Nossa atuação visa reforçar esse debate no movimento sindical, pois o trabalho infantil ainda possui elevados índices no Brasil, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

Nos Estados, o saldo também é positivo. Finalizado os congressos estaduais da CUT, observamos um importante salto político e organizativo. Nossas propostas sobre estratégia, planos de luta e estatuto foram aprovadas em vários estados, e ampliamos nossa presença nas direções estaduais da CUT.

A partir desse congresso a coordenação sindical da AE assumirá novas responsabilidades, devendo acompanhar mais de perto as ações nos estados, construindo as condições de atuação onde ainda não temos presença, organizando atividades de formação política e potencializando o trabalho nas secretarias estaduais que assumimos nos CECUT's.

Fortalecer a CUT, enfrentar a crise e disputar os rumos do país

Nos momentos de crise, como a que vivemos, as contradições de classes ficam mais expostas, a burguesia busca socorro do estado e do dinheiro público, enquanto que os interesses da classe trabalhadora ficam ameaçados.

A burguesia, diante de uma crise de superprodução, necessita frear a produção com demissões para que suas taxas de lucro voltem a patamares adequados à reprodução do capital, buscando resolver a sua crise. Essa saída burguesa leva a classe trabalhadora a viver momentos difíceis com as demissões e a insegurança diante da sobrevivência, evidenciando os interesses antagônicos de classes, ou seja, demonstrando que as saídas para a crise não são mesmas para todas as classes sociais.

Infelizmente, A direção majoritária da CUT, presa por uma concepção social democrata, entusiasmada pelo crescimento econômico dos últimos anos, não compreendendo as contradições do capital buscou o caminho errado para enfrentar a crise ao assinar acordo com o patronato na defesa da desoneração tributária de empresas, como foi o protocolo de entendimento com a Abimaq e Assimp.

Desoneração tributária só colabora para que os empresários diminuam suas dificul-

Dia Nacional de Luta contra a Crise, março 2009. Fotos: Parizotti - www.cut.org.br

dades financeiras, sem que os níveis empregos sejam retomados, além de retirar recursos públicos para investimentos. O próprio presidente Lula reconheceu isso quando afirmou que seria melhor distribuir dinheiro aos pobres, já que os empresários não estavam empregando com as desonerações e outras fontes de recurso público.

De nossa parte, defendemos que a CUT tenha uma postura mais crítica e autônoma, travando a batalha para que o governo defenda os interesses populares diante da crise. É preciso parar imediatamente a desoneração tributária e proteger os empregos, seja com medidas governamentais como ampliando os investimentos públicos em saúde, educação, infra-estrutura e políticas sociais.

Portanto, nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização. A CUT deve reafirmar suas bandeiras históricas e classistas! Os capitalistas devem pagar a conta e não os trabalhadores. É papel da CUT defender os interesses da classe trabalhadora, pressionando o governo para que os recursos sejam direcionados para a população que só tem nos serviços públicos a única forma de atendimento de suas necessidades.

Qualquer vacilo na defesa dos interesses da classe trabalhadora colocará em risco o papel da CUT no movimento sindical brasileiro. Parte expressiva da classe trabalhadora enxerga em nossa Central sua principal ferramenta na defesa dos direitos, dos salários e do emprego.

As mobilizações convocadas pela CUT indicaram o caminho correto para o enfrentamento à crise. Os sindicatos cutistas estão atendendo às chamadas de mobilização. Isso confirma que a CUT possui real capacidade de ações de massa e enfrentamento da crise. Essa capacidade não pode estar a serviço de pactos sociais. Frente às demissões devemos responder com mobilizações e, se necessário, a convocação de uma greve geral.

Além do enfrentamento da crise, a CUT deve participar ativamente do processo político de 2010, momento em que a burguesia tentará voltar ao palácio do planalto para colocar em marcha as medidas necessárias de socorro ao capital, de retirada de direitos trabalhistas, de redução do Estado nas políticas públicas sociais, de criminalização dos movimentos sociais.

A CUT precisa incidir nesse processo, apresentando a tradicional plataforma da classe trabalhadora, disputando inclusive o debate sobre o arco de alianças, já que no Congresso Nacional nossa pauta sindical está travada não só pela ação da oposição como também pelos aliados conservadores do governo federal.

Defendemos também que a CUT dê um passo à esquerda, pressionando os setores mais acomodados com a atual estrutura sindical a defenderem uma plataforma de luta mais avançada, de organização de um amplo movimento em defesa da reestatização da riqueza nacional.

No primeiro semestre de 2009 realizamos importantes paralisações e protestos no Brasil, culminando com o chamado da jornada de lutas pelas CSI (Confederação Sindical Internacional) e FSM (Federação Sindical Mundial), no dia 30 de março. Agora no segundo semestre, no dia 14 de agosto teremos a Jornada Nacional Unificada de Lutas, com a chamada "Não às demissões. Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Em defesa dos direitos sociais". Além disso, os trabalhadores em todo mundo estão convocados para o dia 7 de Outubro- Dia Mundial de Luta Contra a Crise.

A CUT deve aproveitar esse momento para fortalecer ainda mais as mobilizações de massa, a solidariedade internacional entre os trabalhadores e transformarmos esse momento de crise num questionamento da ordem capitalista, reafirmando o socialismo como real alternativa de construção social.

Nesse sentido, defendemos as seguintes medidas:

-Diminuição da jornada de trabalho sem redução salarial;

-Medida Provisória ou outro mecanismo que proteja os empregos durante a crise;

-Defesa das convenções 151 e 158 da OIT;

-Reestatização da Embraer e da Vale do Rio Doce;

-Retomar o controle estatal sobre a Petrobrás;

-Demissão de Henrique Meireles do BC e diminuição drástica dos juros;

-Ampliar as políticas públicas e gerar empregos;

- Fim do Imposto Sindical. ★

Expedito Solaney é Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

Celebração insuficiente

*Bruno Elias**

Retomar o protagonismo da UNE nas lutas estudantis do próximo período exige uma política mais avançada, tendo em vista a necessidade de democratizar sua estrutura, seus métodos de direção, bem como de enraizamento das entidades na base do movimento.

Realizado entre os dias 15 e 20 de julho, na cidade de Brasília, o 51º Congresso da União Nacional dos Estudantes elegeu sua nova direção e plataforma política para os próximos dois anos.

A participação da Articulação de Esquerda e da tese Reconquistar a UNE durante todo o Congresso reivindicou uma intervenção da UNE e do movimento estudantil que estivesse à altura dos desafios colocados para os movimentos sociais: mobilização em torno de uma plataforma de medidas e reformas estruturais e a luta por uma Universidade democrática e popular, resistência à agenda conservadora que a direita disputa para a educação e para o país e engajamento na dura disputa de projetos preparada para 2010, contribuindo para radicalizar as mudanças em curso.

Retomar o protagonismo da UNE nas lutas estudantis do próximo período exige uma política mais avançada para a entidade, tendo em vista a necessidade de uma profunda democratização de sua estrutura e métodos de direção e a construção enraizada das entidades da rede do movimento. Esta política deve ir além da orientação da maioria dirigida pela UJS na UNE, pautada numa postura defensiva que pouco contribui para superar a crise presente de legitimidade e representatividade da UNE perante sua base social.

Outro desafio diz respeito a necessidade da UNE e do conjunto do movimento estudantil acompanhar as profundas mudanças ocorridas no perfil da juventude, dos estudantes e da educação superior, já que temas envolvendo a relação juventude, mundo do trabalho e educação adquirem maior centralidade nas pautas do movimento estudantil.

Diante de tais tarefas, foi insuficiente a resposta dada pelo 51º Congresso da UNE. A extensão do Congresso a quase totalidade das instituições de ensino reforça a referência da UNE perante amplos setores do movimento, mas não supera a relação apenas episódica e congressual com as universidades e as entidades estudantis que ainda é dominante.

Visto pela direção majoritária como um momento de "celebração", o ConUNE foi retrato fiel dos limites dos fóruns do movimento. Problemas estruturais relevantes, concentração de todos os debates políticos em apenas um dia e o esvaziamento dos Grupos de Discussão reforçam a necessidade do movimento repensar seus fóruns. A UNE deve acompanhar as experiências de organização de outros movimentos sociais, das executivas e federações de curso, de experiências inovadoras de participação e metodologia presentes na I Conferência Nacional da Juventude, entre outros.

Foto: Valter Campanato/ABr

51º Congresso da UNE (Conune), em Brasília

A política dos petistas e da Articulação de Esquerda

A Articulação de Esquerda deu conseqüência ao movimento iniciado no Congresso passado, de apresentar uma política que a partir de uma forte intervenção do PT no movimento estudantil se constitua enquanto alternativa política na direção da UNE. Essa tática encontrou eco em apenas parte da juventude do PT: a DS (Democracia Socialista) e o MAIS se abrigaram na chapa dirigida pelo PCdoB; enquanto isso a Articulação de Esquerda, a CNB, O Trabalho, Militância Socialista e Movimento PT construíram uma chapa comum.

Divididos em chapas diferentes, a participação dos petistas na executiva da entidade também foi diminuída: dos atuais seis diretores na gestão que se encerra, para apenas quatro petistas na próxima executiva da entidade. Ademais, a chapa do PT perdeu a condição de segunda chapa mais votada do Congresso para a chapa impulsionada pelo PSOL e pelo PCR.

Na chapa impulsionada pelos petistas (MUDE – Movimento UNE Democrática), a Articulação de Esquerda manteve sua participação na executiva da entidade, mas com presença diminuída na sua diretoria plena.

A agenda política

Temos que contribuir para que a UNE eleve o tom na disputa de projetos que está colocada para o país, o que exige uma postura mais radicalizada e menos contemplativa com relação aos governos, reitorias e tubarões do Ensino. Momentos como a Conferência Nacional de Comunicação e de Educação e o enfrentamento aos efeitos da crise econômica devem merecer atenção imediata dos movimentos de educação

No debate de educação, essa política deve alcançar duas grandes frentes: enfrentamento radical à hegemonia dos interesses privados na educação e incidir por mudanças políticas e pedagógicas mais ousadas para a universidade brasileira. Estas últimas, tanto mais necessárias em um cenário em que o governo aponta uma retomada da expansão do ensino público, mas não toca em questões estratégicas, tais como a democratização do governo das universidades e uma necessária revolução pedagógica nos métodos de transmissão do conhecimento, currículos e estruturas acadêmicas das universidades. ★

***Bruno Elias** é membro da direção nacional da AE

O maior encontro da história

Adriano de Oliveira *

O PT/RS realizou, nos dias 18 e 19 de julho, o maior encontro de sua história e definiu, com mais de um ano de antecedência ao calendário eleitoral de 2010, sua candidatura ao governo do estado, as diretrizes do programa de governo, a política de alianças e elementos da tática eleitoral.

Em 28 de março de 2009 o Diretório Estadual do PT convocou o Encontro Estadual Extraordinário: Adão Pretto e iniciou um calendário de preparação do partido para 2010. Foram realizadas plenárias em todas as 27 regionais do partido com a pauta "Conjuntura e Estratégia para 2010", que reuniram milhares de lideranças e dirigentes do partido, de nossas frentes de atuação nos movimentos sociais, dos executivos e legislativos em que estamos presentes. A Articulação de Esquerda foi proponente e defensora incansável deste método que – com muitas resistências inicialmente – recuperou a boa tradição de debate político no PT gaúcho. Também apresentamos proposições claras sobre todos os debates e definições em pauta: uma proposta de diretrizes de programa de governo (aprovada no Encontro Estadual), uma tática eleitoral e uma política de alianças da esquerda para o centro capaz de recompor o bloco político, partidário e social que nos levou a vitória em 98 (aprovada no Encontro Estadual) e a candidatura do companheiro Ary Vanazzi.

Vanazzi consolidou-se como uma das grandes referências políticas do PT gaúcho, percorreu o Rio Grande pelos "quatro costados", participando de 24 plenárias regionais e visitando um grande número de outros municípios, reunindo com os movimentos sociais, ocupando com sabedoria e responsabilidade partidária o espaço que abriu-se nos meios de comunicação para a política que apresentamos, e afirmando as políticas da nossa experiência de governo em São Leopoldo que fizeram do companheiro Vanazzi o prefeito com o maior índice de reeleição da história do PT/RS, isso em uma disputa eleitoral que enfrentou uma coalizão do PMDB e PSDB, nossos principais adversários no plano estadual.

Este processo fez com que 21795 filiados comparecessem aos Encontros Municipais, encontros de discussão de um dia inteiro na "boa e velha tradição petista" com pauta política mínima pré-determinada pela Direção Estadual, Conjuntura (em todos os níveis, pela manhã) e Estratégia para 2010: programa de governo, tática eleitoral, candidatura e política de alianças, a tarde. Foram marcados encontros em 366 municípios, onde 321 cumpriram as exigências regimentais elegendo 1453 delegados e delegadas, dos quais 1075 credenciaram-se no Encontro Estadual Extraordinário: Adão Pretto, realizado no Anfiteatro da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

A Articulação de Esquerda foi proponente e defensora incansável deste método que – com muitas resistências inicialmente – recuperou a boa tradição de debate político no PT gaúcho.

Fotos: Eduardo Seidl

A Articulação de esquerda manteve a candidatura do companheiro Vanazzi até o último momento do encontro e sua militância combateu com ânimo e um vigor inquebrantável pela defesa de nossas resoluções e nossa candidatura. Reconhecemos que a candidatura do companheiro Tarso Genro constituiu maioria de delegados na plenária final. No entanto, foi com base nas resoluções políticas que foram resultado final do encontro que construímos as condições para evitar a votação e terminar o encontro com um forte sentimento de unidade partidária em torno de uma estratégia capaz de vencer as eleições em 2010 no RS.

Foram aprovadas como diretrizes de programa de governo os elementos centrais da plataforma política da candidatura do companheiro Vanazzi. Aprovamos a resolução que defendemos sobre política de alianças, com a proposição que nossa composição majoritária privilegie o PDT que, aqui no Rio Grande, tem majoritariamente uma composição ligada ao trabalhismo. O companheiro Tarso retirou em plenário, a resolução apresentada pelas correntes que integram a Mensagem ao Partido no RS, realizando também um importante gesto pela unidade política do PT/RS, mesmo que sob protesto de dirigentes da DS, uma das signatárias.

Fundamentalmente, o PT do Rio Grande do Sul conseguiu recuperar o protagonismo do partido e de militância na definição de sua estratégia e tática eleitoral com uma política que procura resgatar sua condição dirigente de um campo de forças políticas e sociais capaz de vencer as eleições e aplicar um governo de verdadeiras transformações.

Acreditamos ter conquistado um conjunto importante de vitórias políticas e de termos dado ao partido – no método, no programa, na tática e com o protagonismo da candidatura Vanazzi – uma importante contribuição para recuperarmos o Palácio Piratini e devolve-lo as mãos do povo trabalhador do Rio Grande elegendo a companheira Dilma Roussef a primeira mulher, e de esquerda, a presidir o país. ★

***Adriano de Oliveira** é secretário de Organização do PT/RS

PED 2009

Uma mulher, cinco homens e nove chapas

Nove chapas irão disputar a Direção Nacional do PT no PED 2009, que acontece em 22 de novembro deste ano. Mais de 1.350 mil petistas estão aptos a votar no PED 2009.

As chapas são as seguintes: **Esquerda socialista**, encabeçada por Iriny Lopes; **O Partido que Muda o Brasil**, de José Eduardo Dutra; **Mensagem ao Partido**, de José Eduardo Cardozo; **Movimento: Partido para Todos**, de Geraldo Magela; **Terra, Trabalho e Soberania**, com Markus Sokol; **Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo**, com Serge Goulart.

Além destas, três chapas não apresentaram candidatos à presidência: **Contraponto**, sustentada por um grupo regional de Minas Gerais; **Partido para Todos: Unidade na Diversidade**, lançada por uma aliança entre três lideranças mineiras: Fernando Pimentel, Virgilio Guimaraes e Chico Ferramenta; e **Movimento Popular**, de inspiração semelhante à chapa de mesmo nome, lançada em 2007.

Em comparação com o PED 2007, houve duas mudanças importantes. A primeira delas é a aliança entre as chapas *Esperança é Vermelha* e *Militância Socialista*, agora reunidas na chapa **Esquerda Social**ista. Outra novidade é a aliança entre *Construindo um Novo Brasil*, *PT de Luta e Massas* e *Novo Rumo* (que há pouco tempo atrás se tratavam como "inimigos principais"). Esta aliança reconstitui o antigo Campo Majoritário e desidrata bastante a chapa ora encabeçada por Geraldo Magela, que ficou em segundo lugar no PED 2007 e em quarto lugar no PED 2009.

Outras novidades: Bruno Maranhão agora faz parte da chapa *Contraponto*; Nelson Pelegrino, Gegê e Afonso Magalhães migraram para a chapa de *Construindo um Novo Brasil*. A base políticas destas movimentações podem ser procuradas nos textos das teses, mas provavelmente só poderão encontradas nos acordos eleitorais para 2010.

Iriny presidente

3333 petistas inscreveram a candidatura de Iriny Lopes à presidência nacional do PT

Em 2010, elegeremos uma mulher de esquerda para presidente da República. Em 2009, elegeremos uma mulher de esquerda para a presidência do PT.

A nova direção nacional do PT, encabeçada por Iriny Lopes, terá como tarefas imediatas **enfrentar a crise, defender o governo Lula e vencer as eleições 2010**.

Vamos eleger Dilma presidente, vencer as eleições majoritárias nos estados, ampliar nossas forças no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas.

Este desempenho eleitoral é parte das condições institucionais necessárias para, em aliança com os movimentos e partidos do campo democrático-popular, sustentar um governo que se apóie nas realizações de oito anos de Governo Lula, mas vá além.

Trata-se de superar a herança neoliberal, derrotar a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais em nosso país, abrindo um novo ciclo em nossa história: um desenvolvimentismo democrático-popular, ambientalmente orientado e articulado com nossa luta pelo socialismo. Em linhas gerais, isto significa:

a) lutar pela democratização profunda do Estado e da sociedade, reforma política, fim do controle monopolista sobre a comunicação social;

b) ampliar o alcance e qualidade das políticas públicas, universalizando direitos (saúde, educação, cultura, segurança, habitação, serviços ambientais etc);

c) enfrentar a imensa desigualdade entre mulheres e homens, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação, promovendo os direitos humanos e institucionalizando direitos sociais;

d) realizar reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossa sociedade, entre as quais destacamos o controle público sobre o sistema financeiro, a retomada das empresas que foram privatizadas, a reforma agrária e a reforma urbana;

e) criar um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação e inclusão tecnológica, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza, uso sustentável e proteção dos ativos ambientais, destacando ainda os programas aeroespacial, ligados à biotecnologia e ao desenvolvimento da energia renovável;

f) priorizar a juventude, imprescindível para uma agenda estratégica de transformações;

g) incorporar a sustentabilidade sócio-ambiental como diretriz orientadora do Plano de Governo e a transversalidade como estratégia integradora das políticas públicas, para efetivar o novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável;

h) combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental.

Este programa, articulado com uma estratégia que fortaleça o poder das maiorias populares, aponta para a superação das relações capitalistas, dando sentido concreto à reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, adotada pelo 3º Congresso do PT.

Evidentemente, tais objetivos transcendem a dimensão eleitoral e a duração de um mandato presidencial. É exatamente por isto que precisamos do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais e partidos de esquerda, da intelectualidade progressista: não queremos apenas governar, não queremos apenas administrar melhor, queremos mudar profundamente o Brasil e o mundo.

Cabe às novas direções partidárias trabalhar para que as idéias socialistas, democráticas e populares tornem-se política e culturalmente hegemônicas na sociedade brasileira. É isto que dará permanência para nossa luta, transcendendo as inevitáveis limitações das lideranças, dos mandatos e das organizações.

Vivemos um momento propício para travar esta batalha cultural, pois a crise internacional do capitalismo desmoralizou o neoliberalismo.

A supremacia do mercado e do lucro, as supostas vantagens do Estado mínimo e da especulação financeira, as privatizações e a abertura comercial sem critérios, a subordinação do Brasil aos interesses dos Estados Unidos, o desprezo pelos vizinhos latino-americanos, posições cultivadas pela direita e difundidas pela mídia, demonstraram ser apenas um veículo para a acumulação de riqueza e poder por parte de um setor muito diminuto da sociedade brasileira.

Além de desmoralizar ideologicamente o neoliberalismo, a crise internacional evidenciou o alto custo humano e ambiental do capitalismo, sendo não apenas possível, mas necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

Cabe aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais e aos governos vinculados aos trabalhadores estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas.

Não nos surpreendemos com a crise, que é recorrente na trajetória do capitalismo. Não comemoramos a crise, pois ela traz sofrimentos para dezenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

Para isto, o PT deve combinar força institucional e capacidade de mobilização de massa, com criatividade ideológica. Manter a perspectiva socialista e construir um Brasil democrático popular no contexto da integração latino-americana, exige mobilizar as melhores tradições culturais, artísticas e intelectuais presentes no povo brasileiro.

As novas direções devem defender a hegemonia do Partido dos Trabalhadores, desde agora, na campanha de 2010, no lançamento de candidaturas petistas nos estados, no futuro governo Dilma, bem como ao longo dos próximos anos e décadas.

O PT possui história, realizações, apoio popular e potencial para liderar a luta por transformações políticas, sociais e econômicas que não apenas melhorem a vida aqui e agora, mas que também construam um país socialista.

Mas para estar à altura desta missão, o PT precisa mudar profundamente. Trata-se de reafirmar o norte ideológico, recuperar o pensamento estratégico, ter capacidade de direção política, renovar nossos laços organizados com as bases sociais que são nossa razão de existir.

Isto exige mudanças na relação do PT com a sociedade, prioridade estratégica para os movimentos sociais e partidos de esquerda, autonomia na relação com os governos. Exige mudanças em nosso funcionamento interno, na capacidade de formulação, comunicação, formação política, finanças, procedimentos de filiação, relação das direções com a militância.

Dar conta de todas estas tarefas exigirá uma direção coletiva e experiente, capaz de dialogar internamente e com os aliados, mas capaz também de muita firmeza no trato com os adversários e inimigos da democracia, da igualdade social, da soberania nacional e da integração continental.

O compromisso de vida com o socialismo petista, traduzido numa trajetória de lutadora social, dirigente partidária e deputada federal, credenciam Iriny Lopes para coordenar a nova direção nacional do PT.

Enquanto isso, no Araguaia...

*Pedro Pomar e Cloves Castro**

A comemoração do trigésimo aniversário da Lei da Anistia (aprovada pelo Congresso em agosto de 1979) é uma ocasião propícia para se fazer um balanço do acerto de contas da sociedade brasileira com a Ditadura Militar. Naquele momento, considerando-se todas as limitações decorrentes da correlação de forças, a anistia, mesmo incompleta e "anêmica" (como sintetizou, à época, o jornal O São Paulo, da igreja católica), representou uma importante conquista, uma derrota, modesta embora, do regime em declínio. Hoje, um quarto de século após o fim da Ditadura, em que pé estamos? Tentemos um breve resumo.

1. Continuam desaparecidos os corpos de dezenas de militantes das organizações de esquerda executados por agentes da repressão política. Não só os militantes do PCdoB que tombaram no Araguaia, mas também vários dos que atuaram na guerrilha urbana, como Mário Alves, do PCBR; e no PCB, como Davi Capistrano. O ex-deputado Rubens Beirodt Paiva, democrata sem vínculos com organizações clandestinas, assassinado pelo mesmo esquema repressor que liqüidaria Zuzu Angel (o da Aeronáutica), permanece desaparecido.

2. Os arquivos militares continuam intocados. Revelações importantes dependem das investigações jornalísticas e da disposição de ex-militares de revelar o que sabem (caso das recentes declarações do famigerado Curió). O governo recusa-se a tomar medidas que enfrentem o problema.

3. Até o momento, não houve punição dos torturadores e assassinos que agiram a serviço da Ditadura, muito menos dos oficiais-generais que os comandavam. Por iniciativa da família Teles, o coronel Brilhante Ustra, da reserva do Exército, foi declarado torturador pela justiça; no entanto, a sentença tem efeito apenas simbólico. Um setor do Ministério Público Federal, que tenta a condenação penal desses agentes, esbarra na "leitura" majoritária que o poder judiciário faz da Lei da Anistia, que supostamente os isenta: eles seriam autores de "crimes conexos".

4. Avançou-se timidamente no tocante às reparações às vítimas do regime. A maioria dos que foram perseguidos e sofreram danos físicos, morais ou materiais, recebeu indenizações de pequena monta, resultado da combinação do critério legal perverso (o cálculo leva em conta o salário que a pessoa recebia, e não a gravidade da ofensa ou dano sofrido) com a vontade do governo de aplacar as críticas da mídia hegemônica às "grandes despesas" com as vítimas.

Poesias de Dom Hélder Câmara pela campanha da Anistia, com ilustrações de vários artistas
Fonte: http://www.tvebrasil.com.br/paranaodizer/txt_poe_domhelder.htm

5. No plano institucional, os militares continuam a comportar-se como um poder acima do próprio Estado. Lula demitiu José Viegas, o único ministro da Defesa que os enfrentou; os sucessores, Waldir Pires e Nelson Jobim, nada fizeram para mudar a situação. Jobim, pelo contrário, é um ativo porta-voz e defensor das corporações armadas.

"Caravana militar"

Nesse contexto, montou-se, em junho último, uma nova expedição ao Araguaia para busca de corpos dos guerrilheiros executados pelo Exército, mediante a qual o governo finalmente atendeu a uma decisão da justiça federal transitada em julgado em outubro de 2007. Não surpreende, diante dos precedentes, que, inicialmente, o Grupo de Trabalho montado por Jobim para empreender as buscas tenha excluído os familiares das vítimas. Mas o ministro da Defesa foi além, deixando de fora a própria Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos, excluindo, dessa forma, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), ponta de lança do governo no tratamento de toda a questão!

O protesto foi contundente: "Nós, familiares e companheiros dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, e entidades comprometidas com a luta pela Verdade e por Justiça, manifestamos nossa indignação e repúdio às atividades ora desenvolvidas pelo governo federal na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Assistimos, estarrecidos, a ida de uma caravana essencialmente militar, sem a presença dos familiares, sem a participação da Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos, sem a presença da Secretaria Especial de Direitos Humanos".

Na mesma nota, familiares e entidades informam que expressaram pessoalmente a Lula seu repúdio à Portaria nº 567/MD de 29/04/2009 (que criou o Grupo de Trabalho), pois se sobrepôs à Lei 9140/95, que criou a Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos: "Continuamos a defender que todas as iniciativas de localização, recolhimento e identificação dos corpos dos guerrilheiros mortos e desaparecidos sejam conduzidas pela Comissão Especial, constituída e em funcionamento sob o escopo da Lei nº 9.140 de 1995, cuja competência política, legal e ética é inquestionável". Pediram também a participação do Ministério Público.

O governo recuou. Criou um "Comitê Interinstitucional de Supervisão de Atividades do Grupo de Trabalho", do qual farão parte os familiares e o Ministério Público, e que poderá acompanhar depoimentos, diligências etc., além de requerer relatórios e indicar novos locais de busca.

O Araguaia é uma questão-chave a ser passada a limpo. Não haverá democracia no Brasil se as Forças Armadas não forem democratizadas. O direito à memória, à verdade histórica e à justiça deve ser respeitado para que a Ditadura Militar seja definitivamente enterrada. ★

***Pedro Pomar e Cloves Castro** são militantes do PT-SP